

do Conselho. A Conselheira Conceição propôs um voto de louvor à Profa. Maria Luiza Marques Dias e ao Professor Key Imaguire Júnior, com relação à reportagem efetuada pela Revista do CETA, do mês de novembro, referente ao Patrimônio Histórico, e também que se registrasse em ata um agradecimento ao Conselheiro Paulo Prölner pela cessão de bens da RFFSA para a Estação do Município de Londrina que hoje abriga o Museu Histórico daquela cidade. Finalizando, foi considerada a sugestão do Conselheiro Key, propondo que as convocações do Conselho venham a ser acompanhadas de documentação sumária dos bens a serem tombados; essa documentação poderia constar dos seguintes documentos: fotos, breve histórico, croquis de plantas e corte, e outros documentos pertinentes, sendo que essa instrução abreviaria e tornaria mais consistentes os votos do conselheiros. Deu-se, então, por encerrada a reunião. Nada mais havendo a constar, eu, Maria Luiza Marques Dias, Secretária Executiva do CEPHA, lavei a presente ata que vai arquivada por mim e pelos membros deste Conselho. (Constam as assinaturas dos Conselheiros Zulmara Clara Sauner Boze, Engelbert Schölogel e Key Imaguire Júnior.)

" Ata da 108ª Reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA, realizada em 16/05/01.

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e hum, reuniu-se no Auditório Bráulio Hilber da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA, nomeado conforme transcrição a seguir: "Governo do Estado do Paraná. Decreto nº 3.861. O Governador do Estado do Paraná, tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 15 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.528, de 25 de janeiro de 1990, e no Decreto nº 1.038, de 18 de agosto de 1995, resolve

nomear, para compoer o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, um mandato de 2 (dois) anos:

Membros Efetivos: Ana Maria de Almeida, Ailton Cornelisen, Carlos de Oliveira Ferra, Cyro Elídio Couêa de Oliveira Lira, Gert Hatschbach, Igor Chmyz, Alvo Fernando de Azambuja Gomes Carneiro, Engelbert Schölogel, Márcia Kersten, Saint Clair Honorato dos Santos. Membros Consultores: Estela Brandini, Fernando Popp, Henrique Schmidlin, José Edem Motta, Lúcio Tadeu Mota, Key Imaguire Júnior, Ronei Cardoso Filho, Sérgio Leoni, Zulmara Pose, Leonardo Oba, Curitiba, em 09 de abril de 2001, 180º da Independência e 113º da República. Jaime Leiner. Governador do Estado. Mônica Rischbieter, Secretária de Estado da Cultura. José Cid Campelo Filho, Secretário de Estado do Governo. Ref. Prot. Nº... 4.776.675-3. "A presidente do Conselho e Secretária da Cultura, Mônica Rischbieter, iniciou a reunião de posse deste Conselho dando as boas vindas aos presentes e fazendo uma breve explanação sobre a importância que o Patrimônio tem para esta gestão, disutindo posturas e apresentando a ideia de tornar o Conselho mais ágil, com a realização de reuniões mais frequentes. Deu ênfase ao patrimônio natural e falou sobre a composição deste Conselho, direcionada a atender a diversidade do patrimônio do Estado, ressaltando a questão da paisagem, da arqueologia e do patrimônio natural como maneira de dar corpo a essa diversidade. Expôs a necessidade de integração do espaço cultural paranaense pelo patrimônio, entendido aí desde o patrimônio arqueológico até o patrimônio imaterial, reconhecido hoje pela UNESCO como uma das mais fortes expressões de identidade de um povo. Relatou que, nesse sentido, a Secretaria da Cultura está fazendo um trabalho de articulação com outras Secretarias e Instituições, visando estabelecer parcerias que permitam ter uma dimensão maior da questão do patrimônio e além de certo, médio

e longo prazo. Informou sobre a proposta existente para a identificação dos bens tombados nos municípios, com banners ou outro meio de fácil visualização estimulando a preservação desses bens. Concluindo seu discurso de abertura, a Presidente do CEPHA falou sobre a função do Conselho, de fundamental importância, não apenas como colaborador mas como parceiro, pensador e articulador de ideias e ações, passando, então, a palavra à Secretária Executiva do CEPHA, e Coordenadora do Patrimônio Cultural, Maria Luiza Marques Dias, para maior detalhamento do Plano de Ação da Coordenadoria. A Secretária do CEPHA entregou a cada Conselheiro uma pasta e fez esclarecimentos sobre o seu conteúdo, referindo-se, especialmente, à cópia da Lei Estadual 1.211, à cópia do Regimento Interno, para leitura e discussões na próxima reunião, e para a eleição do Vice-Presidente, e à cópia da Ata da Reunião anterior, a ser lida por cada um dos Conselheiros. Passou, então, à apresentação formal de todos os presentes: Conselheiros Efetivos: Ana Maria de Almeida, Socióloga da Universidade Estadual de Londrina, Antton Cornelien, Arquiteto, de Curitiba, Carlos Lima, Produto Cultural, de Paranaguá e Assessor da SETC, Cyro de Oliveira Lyra, Arquiteto do IPHAN de Brasília, Jost Hatschbach, Botânico e Diretor do Museu Botânico de Curitiba, Igor Chmyz, Arqueólogo, Professor da Universidade Federal do Paraná, Celso Carneiro, Engenheiro Civil, de Curitiba, Engelbert Schölogel, Educador e atualmente Secretário de Educação de São João do Pinheiro, Márcia Kusten, Antropóloga, Professora da Universidade Federal do Paraná, e Amílcar Clari Honorato Santos, Advogado e Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná. Conselheiros Consultores: Estela Pandini, Artista Plástica, de Curitiba, Fernando Popp, Arquiteto, de Curitiba, Henrique Schmidlin, Advogado e Ambientalista, de Curitiba, José Vádua Motta, Bióloga da SEMA, Key Imagine Júnior, Arquiteto, Profes-

son da Universidade Federal do Paraná, Ronie Cardoso Filho, Advogado e Secretário de Educação e Cultura de Castro, Sérgio Leoni, Engenheiro Agrônomo e Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Zulmaria Poze, Antropóloga e Professora, da Universidade Federal do Paraná, e Leonardo Oba, Arquiteto e Professor, da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica. Na requisição, explicou sobre a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, unidade da SEEC, constituída de duas Curadorias - do Patrimônio Histórico e Artístico e do Patrimônio Natural, apresentou o Arquiteto, Rovina Pacheco, também Curadora do Patrimônio Histórico e Artístico, Márcio Innocenti de Barros e Luiz Celso Tannowski, os Historiadores Aymoré Arantes, Marcello Polinari e Cristina Klippel, os Geógrafos Almir Pontes Filho e João Luiz de Carvalho, e Míriam Rocha Loures, Engenheira Agrônoma. Dando prosseguimento à reunião, a Secretária do CEPHA informou que o Plano de Ação da CPC está voltado para o entendimento do Estado do Paraná como um conjunto desde a pré-história, do envolvimento com a questão dos Caminhos Antigos, da proposta de revisão e normatização dos tombamentos - em conjunto com CEFET, digo, revisões do tombamento da Serra do Mar, do projeto de revisão e normatização dos tombamentos - em conjunto com CEFET, Secretaria de Indústria e Comércio e ECO PARANÁ - da Ilha do Mel, da Ilha do Superagüi e da área de Vila Velha. Apontou para a problemática do Parque Nacional do Iguaçu, que é uma das áreas mais importantes da Flora e da Fauna, um patrimônio em risco e que não é tombado pelo Estado. Levantou o tema da arqueologia, questionando a melhor forma de trabalhar os vestígios, de trabalhar os povos que habitaram o Estado, os fatos ainda existentes, constituindo-se num universo mais distante. Referiu-se, também, ao projeto, em andamento, como o de tombamento do Centro Histórico de Morretes, contemplando o

Zonamento da cidade e a análise dos impactos advindos da implantação do Bio-Parque; do pedido de tombamento do Centro Histórico de Quaraí, ressaltando que a tónica actual é de que o tombamento, ou outras medidas de protecção, devem ser feitos, primeiramente pelo município, levando, assim, em consideração os interesses da comunidade envolvida. A CPC cabe incentivar a criação de leis, ou outras formas legais para a protecção local, para na continuidade vir a receber a protecção legal desses bens nos esferas estadual e federal. Informou que a CPC já vem trabalhando com a identidade cultural das regiões realizando oficinas com essa finalidade. O Conselho Saint Clair perguntou como o Estado - IAP e SEEC - está negociando medidas compensatórias relativas aos acidentes da Petrobrás na Serra do Mar. A Secretária do CEPHA informou que estas questões já vem sendo tratadas com a SEMA, que foi solicitado um relatório e que já há uma reunião agendada. Um dos assuntos a tratar refere-se, justamente, às multas cobradas pelos acidentes nas áreas tombadas e à melhor forma para a utilização dos recursos, com a perspectiva de usá-los para a fiscalização. O Conselho Saint Clair sugeriu que fossem elencados os projetos mais importantes da SEEC para solicitar patrocínio da Petrobrás. O Conselho Igor Chmizy relatou que quando ocorreu o primeiro acidente esteve visitando o local e pode verificar que houve muita agitação à área para a limpeza, que foi encontrado um sítio arqueológico e que o fato foi comunicado à REPAR, mas até o momento não houve retorno. O Conselho Saint Clair sugeriu novas discussões para que se defina a melhor forma para a aplicação dos recursos provenientes das multas. A Secretária do CEPHA, Maria Luiza, informou que a CPC passará da recomendação do Conselho para solicitar oficialmente, uma reparação por parte da Petrobrás. O Conselheiro Celso Carneiro propôs que o

CEPHA recomende que a Secretária da Cultura identifique as ações a serem executadas para reparar os danos causados pelos acidentes na área tombada da Serra do Mar. A Conselheira Márcia Kerstén apoiou a proposta, sugerindo sua ampliação, para que no momento das visitas haja a participação oficial de um técnico da CP. O Conselheiro Celso Carneiro retomou a palavra para propor uma ação integrada de todos os órgãos envolvidos com o bem. A Secretária Maria Luiza passou, então, a relatar sobre medidas que já vem sendo tomadas para a realização de Termos de Cooperação Técnica entre a SEEC e a SEIC, para o desenvolvimento de ações conjuntas nas áreas de Turismo e Patrimônios Cultural, além daquelas anteriormente referidas com a SEMA que visam a proteção do Patrimônio Cultural e sua valorização. A Conselheira Ana Maria de Almeida sugeriu a realização de Oficina na Regional de Londrina, dada a diversidade e quantidade de bens que configuram o patrimônio da região e também pelo interesse do Município de Londrina em revitalizar a área da Praça Rocha Pombo, já tombada, reforçando ainda a importância da oficina para divulgar a política de atuação de CP aos novos administradores dos Municípios. A Profe Maria Luiza informou, ainda, sobre a possibilidade de outro convênio, entre CNBB, SEEC e PUC, para a identificação do curso de Arte Sacra no Paraná. O Conselheiro Igor comunicou a sua participação em um Encontro patrocinado pelo IEPHA, em Belo Horizonte, referindo-se à lei de incentivo municipal que prevê maiores incentivos (ICMS) ao município mais atuante na área. O Conselheiro Saint Clair interferiu para explicar que esta é a lei do ICMS ecológico, melhorada, entretanto, pois exige que as prefeituras tenham uma equipe técnica para acompanhar as áreas. A Secretária do CEPHA passou, então, ao próximo item da pauta: quatro processos de tombamento, para discussão imediata, e outros processos, em andamento, que

serão encaminhados aos Conselheiros. Informou, inicialmente, sobre o conteúdo do processo de tombamento do Túmulo do Patriarca da Família Stobel. O Conselheiro Alvo Carneiro opinou que, do ponto de vista da legislação, o tombamento é uma das formas de proteção. Lembrou que o Sr. Stobel teve um conjunto de obras relevantes, como pontes, o Clube Convidês, a Santa Casa de Misericórdia e a Farmácia Stelfeld, que são Unidades de Interesse de Preservação pelo Município de Curitiba, e sugeriu o levantamento destas obras visando a sua proteção, considerando que merecem registro e reconhecimento em homenagem ao personagem. O Conselheiro Zulmarc Possé contestou, comentando que se deve tomba o que é relevante para a comunidade, e discordou deste tipo de preservação individualizada, alertando que, na aceitação poderia levar à abertura de um processo precedente com outras solicitações de tombamentos semelhantes concluindo que o tombamento é muito mais significativo que isto. O Conselheiro Key Maguire manifestou-se para pedir vistas ao processo da Família Stobel. Retomando a palavra, a Secretária do CEPHA apresentou outro processo, em andamento na Coordenadoria, relativo ao pedido encaminhado pela Prefeitura Municipal de Londrina - Secretaria Municipal de Cultura para o tombamento do antigo prédio da Companhia Telefônica Nacional, com a justificativa de evitar a perda do imóvel com a privatização e possível descaracterização. Dando prosseguimento aos assuntos, o próximo processo refere-se a uma ação no terreno do Palácio do Batel, sendo solidariado à Arq^{ta} Rosine Pacheco um relato sobre o mesmo: o imóvel foi comprado pela Construtora. Há que apresentar projeto para construção de edifício no remanescente do lote, o imóvel fez parte de uma quadra que está tombada desde 1975; em 1989, D. Leopoldina Conceição de Araújo,

proprietária, pediu laudo ao IPPUC referente ao potencial edificável que deveria ficar no próprio terreno. Em maio de 1989, ao se analisar a área e a sua preservação, o CEPHA entendeu pela preservação integral do quarteirão. Para tratar especificamente deste assunto, designou-se, na presente reunião, uma Comissão Técnica, no âmbito do Conselho, composta pelos Conselheiros Fernando Popp, Celso Carneiro e Leonardo Oba, e pela Curadora da CPA, Rosma Pacheco, que procederão à análise minuciosa da área, da documentação e da solicitação em pauta para ser apresentada e discutida na próxima reunião. Passou-se, então, ao item seguinte: Tomamento da Djejs de Revisão Soares, que após apresentado e lido aos Conselheiros, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em outros assuntos, a Conselheira Estela Pandrini retornou a questão da Ilha do Mel e informou sobre a intenção de que os trilhos sejam iluminados. Solicitou especial atenção da Curadora do Patrimônio Natural para o caso. Concluídos os debates, passou-se ao último item da pauta, referente ao Calendário de Reuniões de 2001, ficando definida a data de 20 de junho para a realização da próxima reunião ficando inicialmente agendado para o final do mês de junho sujeito a confirmação. Não havendo mais nada a discutir, foi encerrada a sessão e eu, Maria Luiza Marques Dias, Secretária Executiva do CEPHA, lavei a presente ata que vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. (Constam as assinaturas dos Conselheiros Carlos Peres, Celso Carneiro, Henrique Schmidlin, Engelbert Schölogel, Leonardo Oba, Fernando Popp, Zulmara Clara Saunar Borse, Key Imaguier Junior e Estela Pandrini.)

"Ata de 109ª Reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA, realizada em 13 de agosto de 2001.